

# GOVERNANÇA AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: LEVANTAMENTO DAS DIMENSÕES AMBIENTAIS NA COMUNIDADE DE BOM SOCORRO DO ZÉ AÇU, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

Hapolo Hibson de Souza Ferreira<sup>1</sup>  
Charlene Maria Muniz da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem objetivo principal compreender como o debate sobre a governança ambiental pode auxiliar o processo de tomada de decisões e políticas públicas para a comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, localizada na margem direita do rio Amazonas e do Paraná do Ramos, em uma área de terra firme, distante a 14 km da sede municipal e o meio de transporte para se chegar a essa comunidade é por via fluvial. A população da Comunidade de Bom Socorro do Zé Açú está em torno de 1250 habitantes, sendo que esta dividida em 240 famílias. A comunidade de Bom Socorro precisa de um planejamento que contemple a sustentabilidade, e a governança ambiental, pois observou-se que ocorreram mudanças socioespaciais na comunidade de Bom Socorro, causadas pelo novo formato espacial engendrado pelas mudanças socioculturais ocorridas, dentre essas mudanças, a questão ambiental é bem preocupante, pois, a problemática dos resíduos sólidos vem causando impactos negativos diretamente sobre essa comunidade, devido ao aumento da produção de resíduos sólidos não orgânicos, e a inexistência de coleta de lixo pública e de local apropriado para depositá-lo. A pesquisa será de cunho qualitativa explicativa e terá como procedimento o estudo de caso, pois visa o aprofundamento de uma realidade específica. A metodologia utilizada para a coleta de dados, nesta pesquisa, será a pesquisa documental para coleta de dados secundários e revisão bibliográfica e analítica das obras que tratam do assunto, visando dar um embasamento teórico aprofundado; Será utilizado também como técnica de pesquisa o Grupo focal: onde acontecerão reuniões com grupos de lideranças das comunidades, proporcionando maior interação entre os entrevistados, onde poderão expor a opinião sobre as preocupações sociais coletivas desses grupos. A relevância desta pesquisa está no fato de que as informações aqui levantadas, podem auxiliar na elaboração de uma agenda ambiental importante que deve ser discutida e levada em consideração pela municipalidade na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para esta área no tocante as questões socioambientais, pois esta comunidade está passando por um processo de transformação substancial em sua espacialidade, apresentando características da cidade, portanto, precisa-se de um planejamento que vislumbre a sustentabilidade, sendo que esta pesquisa pode levantar questões importantes que venham a dar subsídios para o planejamento público implementadas nesta comunidade. Portanto, esse trabalho vem a contribuir na discussão pelos moradores sobre os elementos da sustentabilidade na comunidade.

**Palavras-chave:** Governança Ambiental; Mudanças Socioculturais; Sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas

<sup>2</sup> Prof<sup>ª</sup>. Dra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – Atualmente professora do curso de Licenciatura em Geografia/CESP-UEA

## INTRODUÇÃO

O tema governança ambiental tem surgido com frequência nas discussões acadêmicas como uma “categoria chave” no campo semântico que recobre a discussão sobre desenvolvimento sustentável, alinhada a outros temas como negociação, participação, parceria, sociedade civil organizada etc. (Zhourri 2008: 97). O processo de governança sobre um recurso natural é inerentemente difícil, pois determinados ambientes, assim como, as sociedades humanas são caracterizadas por incertezas e dinâmicas complexas, ou seja, variações naturais, escalas e hierarquias de dependências em relação aos recursos e também a conjuntura econômica e política nas quais são inseridas.

Quando múltiplos sujeitos se utilizam dos mesmos recursos naturais, as implicações podem ser as mais diversas, desde o esgotamento destes recursos a conflitos de gestão, logo é necessário estabelecer acordos entre os mesmos para estabelecer regras e práticas comuns, contribuindo para que haja coordenação de ações que auxiliem na resolução de conflitos, assim como a negociação das várias compensações o compartilhamento de informação e a construção de redes de conhecimento sobre esse bem comum.

A governança pode envolver os mais diversos assuntos. Podem ser administrativos ou fiscais do Estado, correspondentes a bens ou serviços, financeiros ou políticos e que possam envolver e/ ou impactar a coletividade e o bem estar publico. Quando esses assuntos tem relação com a sustentabilidade ou políticas ambientais, utiliza-se o termo governança ambiental. Para Agrawal e Lemos (2006), a governança ambiental refere-se ao conjunto de processos regulatórios, mecanismos e organizações através dos quais os atores políticos influenciam as ações e resultados ambientais envolvendo múltiplos seguimentos da sociedade, como as instituições governamentais, comunidades, empresas e a sociedade civil organizada.

Nessa perspectiva fez se necessário um estudo da governança ambiental a partir das dimensões ambientais da comunidade Bom Socorro do Zé Açú no município de Parintins, onde foram observados os principais problemas ambientais encontrados na comunidade analisando o processo de participação social existente.

O principal objetivo deste trabalho está em compreender como o debate sobre governança ambiental pode auxiliar o processo de tomada de decisões e políticas públicas para a comunidade de Bom Socorro do Zé Açú. Deste modo a comunidade de Bom Socorro precisa de um planejamento que contemple a sustentabilidade, e a governança ambiental, pois observou-se que ocorreram mudanças socioespaciais na comunidade de Bom Socorro, causadas pelo novo formato espacial engendrado pelas mudanças socioculturais ocorridas,

dentre essas mudanças, a questão ambiental é bem preocupante, pois, a problemática dos resíduos sólidos vem causando impactos negativos diretamente sobre essa comunidade, devido ao aumento da produção de resíduos sólidos não orgânicos, e a inexistência de coleta de lixo pública e de local apropriado para depositá-lo.

A Amazônia na sua dimensão histórica sempre foi vista como um imenso depósito de riquezas naturais, sua fauna e flora sempre foram tidos como um elemento até mais importante do que os próprios povos que nela existem. É imprescindível destacar que nesses tempos em que os olhos do mundo se voltam para a questão ambiental e a necessidade do desenvolvimento sustentável, a Amazônia se torna ainda mais referência do ponto de vista ambiental, posto que o processo intenso de desmatamento que vem enfrentando essa região tem feito órgãos governamentais, ONGS, e demais entidades se preocuparem, contudo, as reflexões nesse contexto é questionarmos qual é a lógica dessa preocupação ambiental? Quais são os interesses sobre a Amazônia? Quem tem pensado a Amazônia? Esses assim como tantos outros questionamentos são importantes para que se possa realmente pensar numa gestão mais crítica e humana sobre a questão ambiental na região Amazônica.

Portanto reflexão neste sentido se pauta no entendimento de que é importante que governança ambiental na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú se torne mais consistente, para que se possam evitar inúmeros danos ambientais, visto que o caso específico do lago do Zé Açú é um exemplo de que houve um descaso por dos órgãos competentes, até mesmo das comunidades locais, visto que pouco foi feito para evitar ou amenizar os impactos, é preciso que pense numa gestão mais consistente no sentido da organização das comunidades e do aprimoramento na gestão dos órgãos oficiais do meio ambiente.

## **Capítulo 1 - Governança ambiental em escala global**

O conceito de governança foi primeiramente exposto com a finalidade de conseguir condições para um Estado eficiente, por meio da participação dos setores público e privado na formulação de políticas públicas e no processo decisório.

Nesse contexto Cavalcante (2004) adotou como conceito de governança ambiental, o “arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico”.

Deste modo a governança ambiental tem o intuito de articular uma proposta de política ambiental global na tomada de decisões afim de algo proposto, e quando este tema está relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável pode-se obter neste caso políticas ambientais afim de um único propósito.

Governança ambiental, no seu modo mais específico, diz respeito a políticas públicas que envolvem a preservação/conservação do meio ambiente, compreendendo o uso sustentável de recursos naturais, com especial enfoque para os recursos da biodiversidade.

De modo geral, o conceito de governança é tratado na literatura como algo associado à capacidade de o Estado estabelecer e implementar políticas públicas efetivas. A governança atua principalmente em formular estratégias empresariais na busca do desenvolvimento sustentável, resultando em padrões de articulação institucional que propiciam a gestão ambiental do desenvolvimento.

Segundo Câmara (2013, p. 132)

A adoção, pela política nacional do meio ambiente, do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Meio Ambiente (Rima) no Brasil, com base no art. 9º da Lei nº 6.938/81 e, posteriormente, a Resolução nº 01/86 do Conselho Nacional do Meio ambiente (Conama) estabeleceu mecanismos que favoreceram a governança ambiental ao introduzir as audiências públicas no processo de licenciamento ambiental.

A partir de então abriu-se um importante espaço de manifestação das populações interessadas ou afetadas por empreendimentos causadores de impactos ambientais, assim como de mobilização no processo de tomada de decisão.

Nessa conjuntura Mappa (2004) afirma que o conceito de governança vincula-se à prioridade do econômico sobre o político, do capital sobre o Estado, do mercado sobre a democracia, do lucro sobre a justiça social.

Quando o conceito de governança é estendido à esfera do desenvolvimento sustentável e das políticas ambientais, emprega-se a expressão governança ambiental. Trata-se, na verdade, apenas de uma delimitação temática do conceito. Então a partir desse contexto governança ambiental esta ligada tomada de decisões por grupos sociais, políticos, culturais, ecológicos e econômicos em busca de uma unicidade de pensamentos.

Nesse sentido Jordan (et al., 2003) dizem que:

A governança ambiental, entendida como processo de intervenção no controle do uso dos recursos, encontra-se delineada como elemento norteador de políticas públicas, desde a Grécia Antiga. A palavra governo refere-se a atividades tomadas primariamente ou integralmente pelos Estados (particularmente aquelas que operam

no nível do Estado-Nação), para manter a ordem pública e facilitar a ação coletiva. Governança refere-se à emergência de um novo estilo de governo, no qual os limites entre o setor público e o privado e entre o nível nacional e internacional se fundem.

Na maioria das vezes os processos de governança são difíceis, mas isso não significa que sejam impossíveis de alcançar na prática. Uma organização social unida para lidar efetivamente com os problemas e dilemas em torno dos recursos naturais.

Desse modo os processos de governança ambiental levam os diferentes atores, entre eles, gestores governamentais, membros da sociedade civil, pesquisadores e empresários, a interagirem para definir ações a serem implementadas por meio de estratégias de gestão ambiental (Lemos e Agrawal 2006)

A partir dessa conjuntura faz-se necessário considerar os princípios da governança ambiental, entendendo de forma fidedigna a origem desse processo, nesse contexto Neder (2002, p.35) argumenta que:

O início da governança sobre os recursos naturais foi caracterizado por ações de Governo que fomentavam o financiamento e o incentivo à produção, induzindo a conversão de princípios dessas leis em moeda econômica entre elites locais e o governo central. Estabeleceram-se assim, nesse período, relações fortes de poder em uma estrutura centralizada, piramidal-hierárquica com conflitos, interesses e dinâmicas intra e inter-regionais, que se reproduzem ao longo das décadas seguintes.

A partir de então torna-se uma necessidade, para a melhoria da governança ambiental, o conhecimento mais aprofundado da natureza das relações institucionais e socioculturais envolvidas no uso de recursos naturais para um melhor dimensionamento das causas dos insucessos ou fracassos, na tentativa de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

A governança ambiental, apesar de já bem concretizada no Brasil, ainda necessita de apoio na construção de processos de gestão ambiental, nos seus aspectos legais, institucionais, de capacitação institucional, de representatividade dos atores sociais e de interface com as demais políticas públicas.

Portanto, a apreensão da instituição da governança ambiental pode contribuir na análise da complexidade das interações entre o governo, setor privado, terceiro setor e a sociedade, e suas relações com o meio ambiente, buscando adaptar-se o contexto e as razões históricas da sua adequação.

## **Capítulo 2 - Principais problemas socioambientais observados pelos comunitários na comunidade**

Analisar e compreender como o debate sobre a governança ambiental pode auxiliar o processo de tomada de decisões e políticas públicas para a comunidade de Bom Socorro do Zé Açu foi imprescindível para a consolidação deste trabalho, pois a comunidade vem apresentando mudanças socio/espaciais nos últimos anos, “refletindo nas implicações socioambientais que repercutem na reprodução do seu espaço” Ferreira (2013), e o grande fator presente na localidade é a pouca participação dos comunitários nas tomadas de decisões políticas inseridas no contexto ambiental na comunidade.

A comunidade de Bom Socorro está localizada na região do Zé Açu pertencente ao município de Parintins, distante a 14 quilômetros da sede municipal em linha reta à leste, o transporte fluvial dá-se como a única alternativa de conexão entre Bom Socorro e a cidade de Parintins, geralmente o transporte mais utilizado na região são os barcos de linha<sup>3</sup>.

A população da Comunidade de Bom Socorro do Zé Açu está em torno de 1250 (um mil duzentos e cinquenta) habitantes, sendo que esta está dividida em 240 (duzentos e quarenta) famílias, seus aspectos espaciais lembram uma pequena cidade, como mostra a figura 01:



Fig 01: Comunidade de Bom Socorro do Zé Açu  
FONTE: Hapolo Hibson, 2013

A comunidade apresenta uma infraestrutura bem avançada aos moldes de uma comunidade amazônica, pois no ano de 2010 o governo do Estado do Amazonas implantou na localidade um melhoramento do sistema viário, construção de uma praça, revitalização da orla com a construção do muro de arrimo, abertura de novas ruas, e o governo municipal por sua vez em 2011 reformou e ampliou a escola da comunidade, aumentando de 4 para 8 o número de salas de aulas (estas todas climatizadas), construiu refeitório, biblioteca, sala de

---

<sup>3</sup> Barcos que fazem viagens todos os dias para a cidade de Parintins e retornam no mesmo dia à comunidade

informática etc. assim como muito se investiu na educação, a prefeitura também melhorou o sistema de saúde da comunidade com a reforma e ampliação do centro de saúde, hoje este atende não somente a comunidade de Bom Socorro, mas também todas as comunidades próximas.

Diante de todos esses avanços, a comunidade de Bom Socorro passou a ter padrões exclusivos de uma cidade, desse modo os problemas ambientais tornaram-se mais evidentes, pois diante dos fatos pôde-se fazer o levantamento dos principais problemas ambientais na comunidade de Bom Socorro, assim como na região do Zé Açú como um todo, aonde foram evidentes a falta de iniciativa do poder público em relação à problemática dos resíduos sólidos que vem impactando diretamente essa localidade, pois a comunidade não dispõe de um local apropriado para a destinação dos mesmos, em razão disso é comum os moradores queimarem ou enterrarem o lixo que produzem.

Em um estudo feito nesta comunidade, Costa (2012) constatou que a maioria das famílias queima o lixo doméstico, acarretando em problemas de saúde aos comunitários, pois devido à propagação da fumaça, é comum casos de doenças respiratórias na comunidade.

No ano de 2013 aconteceu um fato que repercutira em todas as instancias políticas, sociais e ambientais do município de Parintins, em razão da sede municipal não dispor de uma área adequada para a instalação de um aterro sanitário, a prefeitura municipal de Parintins estabeleceu que o lixo produzido na cidade de Parintins seria despejada em uma área do P.A de Vila Amazônia<sup>4</sup>, na comunidade de “Flor de maio”, distante 2,5 km de uma das cabeceiras<sup>5</sup> do Lago do Zé Açú, em razão disso uma grande mobilização nunca vista no assentamento da Gleba de Vila Amazônia ganhou força, inúmeras comunidades lutando pelo bem comum de todos, a não instalação do aterro sanitário naquela região, pois para eles o que se produz na sede do município de Parintins, é problema da sede municipal, e transferir a lixeira para a zona rural apenas seria uma transferência de problema.

Nesse contexto o líder comunitário Sr S.S.M, morador da comunidade de NS<sup>a</sup> de Nazaré afirma que:

*O povo do Zé Açú não aceita a lixeira na nossa terra, o prefeito disse que se ela viesse pra cá, eles iam asfaltar a estrada da Vila (o morador refere-se a estrada da Gleba de Vila Amazônia), mas o que adianta asfaltar estrada, contruir porto, se eles vão trazer lixo pra cá, não é eles que vão passar fome, por que a distancia da beira do rio é pouca, se o lago morrer nós não come. Trabalho de campo, 2014*

---

<sup>4</sup> Projeto de assentamento pertencente ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) instalado na gleba de Vila Amazônia (composta por mais de cinquenta comunidades, entre elas a s comunidades pertencentes à região do Zé Açú).

<sup>5</sup> Área onde existem os olhos d'água que dão origem a um curso fluvial; é o oposto de foz. (GUERRA & GUERRA, 2011, p.97).

O morador mostra-se preocupado com a instalação do aterro sanitário na região, pois para ele os maiores afetados seriam os moradores da região do Zé Açú, uma vez que o lago contaminado dificultaria o acesso a alimentação de centenas de moradores da região do Zé Açú. Assim sendo, o processo de instalação do aterro sanitário na região tramita na justiça, pois além dos moradores, promotores públicos e advogados entraram na pauta de discussão.

## **2.1 - Problemas ou limitações mais importantes relacionados a agricultura, pesca e outras atividades econômicas na Comunidade**

São inúmeros os problemas socioambientais presentes na região do Zé Açú, mas a partir da análise feita na localidade e os dados obtidos nas entrevistas e questionários apresentados aos moradores pode-se aqui evidenciar os principais, a priori um problema que já se faz presente a muitos anos na região é a extração ilegal de areia das margens do Lago (figura 02), uma vez que o crescimento espacial da cidade de Parintins necessita de suporte minerais, tais como a areia, e como a região do Zé Açú é bastante próxima da sede do município e dispõe deste mineral, tornou-se a melhor alternativa para as empresas da construção civil.

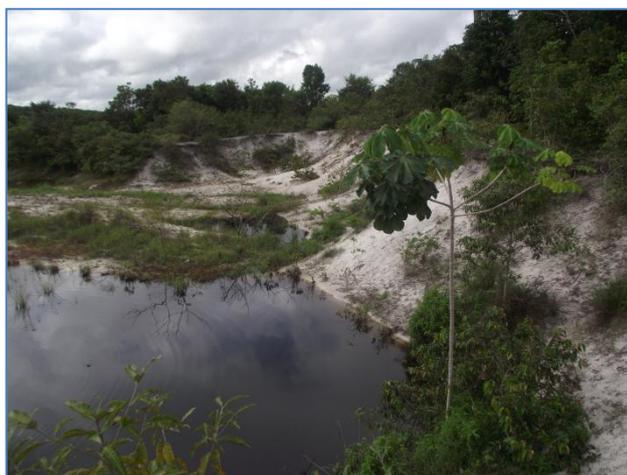


Fig 02: Extração de areia as margens do lago do Zé Açú  
FONTE: Hapolo Hibson, 2013

Nesse contexto, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2007), apresenta o relato do ribeirinho J.S.M, morador da comunidade de N.S<sup>a</sup> de Nazaré.

*Nós não temos o apoio do IBAMA, do INCRA... Vem aqui tá cheio de balsa cheia de areia, levam madeira, levam tudo daqui da nossa área. Nós fica olhando. Não tem o IBAMA, o INCRA pra nos apoiar pra fazer reunião com nós e debater com algo que nós pode procurar as leis.*

A figura abaixo exhibe a árvore de problemas ocasionado pela retirada de areia no lago do Zé Açu, e seus principais agentes causadores, segundo a opinião dos comunitários.

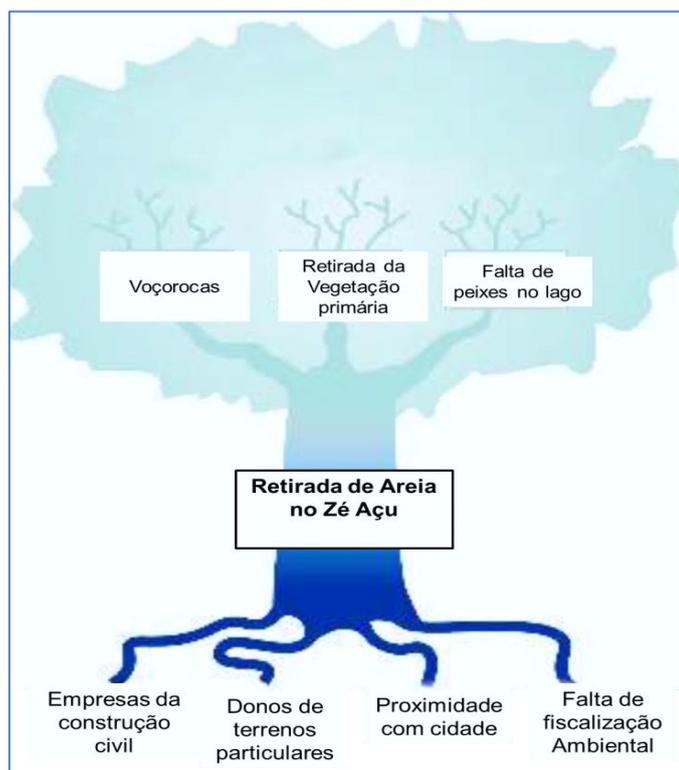


Fig 03: Arvore de problemas: Retirada de areia no Zé Açu  
Fonte: Charlene Muniz

Geralmente o transporte da areia é feita no período das cheias, quando o lago apresenta-se com um volume maior de água, possibilitando a entrada de balsas, o horário mais propício para o transporte é pela parte da madrugada, pois os moradores, sentem-se impedidos de tentar algum flagra como fotos visíveis, nome da embarcação etc. um fato curioso é que a mulher que se diz proprietária do terreno possui segundo ela uma licença ambiental expedido pelo IPAAM, sendo que nunca se viu um fiscal do IPAAM vistoriando a área ou matendo qualquer tipo de contato com os moradores das comunidades que ficam no entorno do lago, sendo que estes são os mais prejudicados, pois uma vez que se retira a mata ciliar do lago – apresentada como uma diversidade de frutos que servem como alimentos para os peixes – tira-se o alimento dos peixes, impedindo assim a reprodução dos mesmos.

Além da exploração mineral, as margens do lago do Zé Açu também sofrem com o desmatamento provocado pelo intenso avanço da pecuária na região, Brown (2003) ressalta que a economia está em conflito com os sistemas naturais do planeta, é uma evidência que vem das informações cotidianas sobre o desaparecimento das zonas de pesca, a redução das florestas, a erosão do solo. Nesse aspecto, sendo um subproblema do desmatamento, a figura

04 mostra o processo de erosão as margens do lado do Zé Açú decorrente da intensificação da pecuária na região.



Fig 04: Processo de erosão as margens do lago do Zé Açú  
Fonte: Hapolo Hibson, 2013

Nesse sentido, o Sr. C.M.N, comunitário da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, argumenta que o desmatamento pela ação de fazendeiros é um dos principais responsáveis pelos impactos ambientais no lago e diz que “você vê que uma boa parte dessas fazendas aqui, quase não tem mais matas ciliares, causando o assoreamento, a erosão com a enxurrada vai aterrando cada vez mais o lago”. Nesse aspecto a árvore de problemas abaixo retrata os problemas motivados pelo desmatamento, assim como seus dois maiores responsáveis.

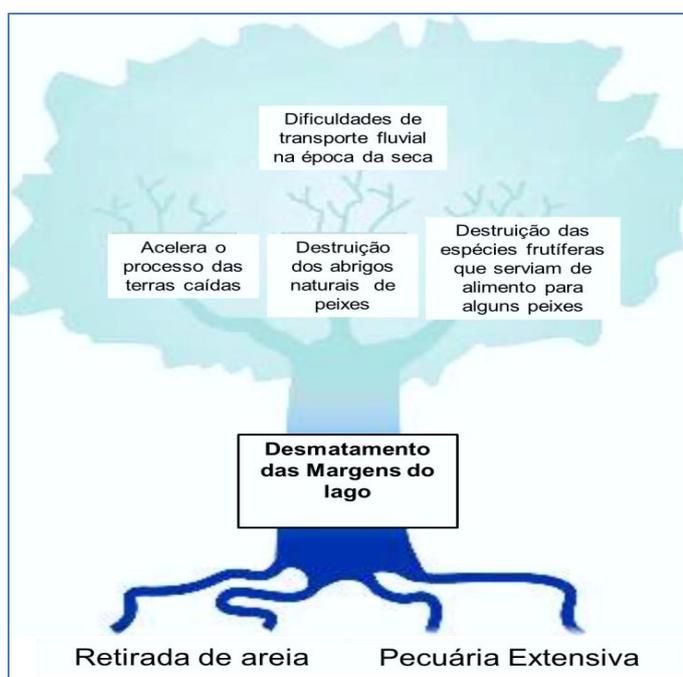


Fig 05: Arvore de problemas: Desmatamento das margens do lago  
FONTE: Charlene Muniz

A retirada da areia e a Pecuária extensiva são as atividades responsáveis pelo desmatamento das margens do lago do Zé Açú, pois são as principais atividades degradadoras existentes naquele local. O comunitário C.M.N, 40 afirma que:

*Nós temos só na ultima pesquisa da UFAM, 26 fontes que morreram devido ao desmatamento, por aí você tira, o lago do Zé Açú no verão, ele ta secando cada vez mais devido a essa situação, as fontes estão morrendo devido ao quê?, É o comunitário que vai lá cortar uma árvore? Não! O comunitário as vezes corta uma árvore pra fazer a sua casa, enquanto que o pecuarista destrói 20, 30 hectares pra colocar o seu gado. (Pesquisa de campo, 2013)*

As erosões (vossorocas) e assoreamento são vistas como um sub problema do desmatamento, pois a retirada da mata nativa muito colabora para o empobrecimento do solo e tais consequencias.

Nesse sentido Simas (2000, p.8) argumenta que

Com o progresso vieram também suas mazelas. Hoje as fazendas predominam as margens do lago. Os campos foram construídos sem nenhum cuidado, com devastação da mata marginal e dos igapós que serviam de viveiro natural para os peixes e outros serem aquáticos.

Sobretudo aos problemas a maior reocupação daqueles que moram ao entorno do lago é exatamente o assoreamento do lago, pois muito os vêem como sinônimo de subsistencia. Ao passar dos anos o lago vem apresentando uma cor turva, e no periodo da seca isso só piora, muitos proprietarios de embarcações afirmam que se nenhuma providencia for tomada o quanto antes, chegará um dia em que o tráfego de embarcações sera impossibilitado, uma vez que a cada ano, as dificuldades encontradas para ter acesso ao lago do Zé Açú so aumentam, a figura abaixo retrata um pouco essa questão.



Fig 06: Igarapé de acesso ao lado do Zé Açú  
FONTE: Hapolo Hibson, 2012

A comunitária da comunidade de Bom Socorro, a Sr<sup>a</sup> M.J.L 43, diz que:

*Na seca os barcos grande não passam no igarapé, o que agente faz? Os donos dos barcos deixam os barcos do lado de fora do lago, aí eles contratam rabetas<sup>6</sup> para pegar os passageiros no porto do Bom socorro, as vezes dá 3, 4 viagens, dependendo do dia (...) fica ruim pra gente por que corre o risco de a canoa alagar, por que não é só gente, eles também levam produto, banana, macaxeira... e todo ano a situação fica pior. Trabalho de campo, 2014*

Ainda sobre o assoreamento Ferreira (2013) argumenta que:

A partir dos impactos ambientais motivados pela expansão da pecuária, o assoreamento como resultado das erosões manifesta-se como um incômodo para muitos ribeirinhos que utilizam o Lago do Zé Açú para sua subsistência, através das atividades pesqueiras e até mesmo para o consumo da água, pois os mesmos sofrem no período da estiagem, devido ao lago apresentar uma cor suja e barrenta, onde fica impossível a prática da atividade da pesca, assim como o consumo da água.

O autor comenta a lastimável situação em que se encontra o lago do Zé Açú devido aos impactos ambientais presentes no local, afirmando que os maiores prejudicados são aqueles que usam o lago como forma de subsistência, pois o lago não oferece de pescado suficiente para atender aqueles que moram em seu entorno, além do mais os ribeirinhos encontram uma grande dificuldade de acesso a cidade de Parintins no período da estiagem.

A figura abaixo mostra a intensificação de um assoreamento em uma das cabeceiras do Lago do Zé Açú.



Fig 07: Assoreamento de uma das cabeceiras do lago  
FONTE: Hapolo Hibson, 2013

Assoreamento, morte de nascentes e destruição das matas ciliares, tudo isso implica em um problema ainda maior, a falta de pescado no Lago do Zé Açú, Segundo o Projeto Nova

---

<sup>6</sup> Motores marítimos de pequeno porte, estes são acoplados em uma canoa de madeira.

Cartografia Social da Amazônia (2007), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner, a morte das nascentes é devido às erosões que causam o assoreamento das cabeceiras, a morte do lago e dos peixes. A figura abaixo mostra a venda de pescados oriundos da cidade de Parintins na comunidade de Bom Socorro do Zé Açu, uma vez que a prática da pesca é difícil na região devido a escassez de pescado.



Fig 08: Venda de pescado na comunidade de Bom Socorro  
FONTE; Hapolo Hibson, 2013

Nesse contexto, Costa (2012, p. 30-31), argumenta que: 31

(...) o lago do Zé Açu é bastante escasso do pescado na atualidade pelo fato de no passado e mesmo recentemente ter sofrido um intenso processo de pesca predatória ilegal, mencionando ainda que a intensa devastação das matas ciliares e os processos de erosão que são impostos pela derrubada da floresta também contribuíram para que o lago do Zé Açu não seja mais farto como era antigamente.

O autor comenta que o lago do Zé Açu está passando por uma transformação em sua espacialidade, devido a intensiva atuação de fazendeiros, que por meio de derrubada das matas nativas acaba que provocando erosões às margens do lago, assim como dá ênfase a perda das matas ciliares em razão desse processo econômico, outro fator mencionado pelo autor é que uma das razões para a limitação do estoque de pescado na atualidade é o fato de no passado o lago ter sofrido um intenso processo de pesca predatória ilegal, segundo alguns comunitários a presença de embarcações de pesca do estado do Pará era comum naquele lago.

Segundo Ferreira (2013, p.35)

É alarmante a falta de pescado nesta região, sendo que a maioria dos moradores alimenta-se de produtos industrializados, como frango, calabresa salsicha, sardinha enlatada, entre outros, pois segundo os mesmos, o lago não tem mais peixe em abundância, assim um fator ambiental acaba influenciando diretamente um aspecto cultural e histórico que é o consumo de peixe pelas populações ribeirinhas na Amazônia.

A árvore de problemas abaixo ilustra os principais problemas causados pela diminuição de peixes no lago, e quais os agentes causadores de tais questões.

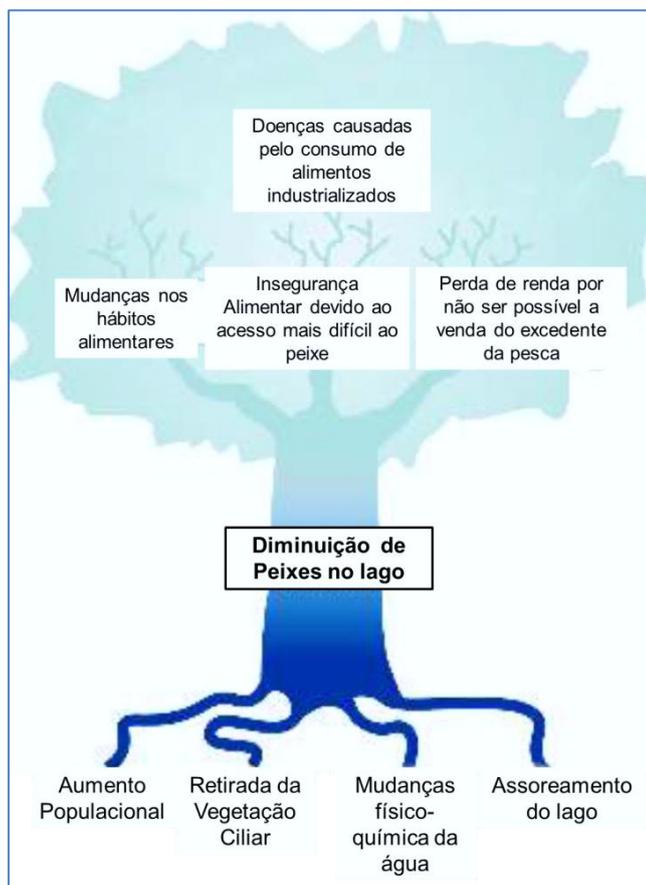


Fig 09: Arvore de problemas: diminuição de peixes no lago  
Fonte: Charlene Muniz

Conforme os moradores da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, os principais agentes causadores da escassez de pescado no lago, foram o aumento populacional, uma vez que a comunidade teve um aumento considerado em sua espacialidade, e o lago não consegue mais atender a todos; outro fator que pode ter ocasionado a diminuição de peixes foi a retirada da vegetação ciliar, tanto para a extração de areia, como para a intensificação da pecuária; outros moradores afirmam que o lago está passando por mudanças físico-química da água, pois devido a implantação de melhorias no sistema viário da comunidade de Bom Socorro através de calçamento das ruas, houve uma alteração no micro clima local fazendo com que o lago sofresse algumas transformações; o assoreamento do lago também foi apontado como um dos principais agentes causadores da diminuição de pescado, uma vez que centenas de nascentes foram mortas, e atualmente várias cabeceiras estão passando por este processo.

Portanto, estes são os principais agentes causadores da diminuição de pescado no lago do Zé Açú, segundo a opinião dos comunitários. Pôde se perceber a grande mudança

sócio/cultural que os moradores estão passando, pois o consumo de peixe que é tão tradicional na região amazônica, - até mesmo pelo contexto histórico cultural - está ficando cada vez mais raro.

## 2.2 - A compreensão dos moradores sobre a questão ambiental na comunidade de Bom Socorro do Zé Açu

Analisar a compreensão dos moradores da comunidade de Bom Socorro do Zé Açu acerca da governança ambiental mostrou-se importantíssimo para a solidificação deste trabalho, pois a partir deste entendimento se poderá afirmar como a governança ambiental lhes ajudará de modo a inibir os problemas presentes naquela localidade.

O gráfico abaixo mostra como os moradores estão envolvidos com a questão ambiental, ao serem perguntados se os mesmos participam de debates sobre as questões ambientais de interesse da comunidade 50% dos entrevistados afirmaram que só participam as vezes, 30% acham importante e sempre participam, e 20% asseguraram que não participam.



Gráfico 01: Participação em debates sobre questões ambientais  
FONTE: Hapolo Hibson, 2014

Pôde se perceber que apenas 30% dos entrevistados discute a problemática ambiental presente na localidade, um fator preocupante, pois a um grande descaso com os problemas que estão ocorrendo na comunidade, muitos afirmam que tais problemas não tem tanta importância assim, outros já acham comum. Portanto a maioria dos moradores precisa repensar a problemática ambiental no contexto social, pois muitos acreditam não estarem diretamente relacionados a esta realidade.

Assim como, é preciso ter planejamentos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, haja vista que a comunidade está passando por um acelerado processo de mudanças socioespaciais/culturais nos últimos anos. Nesse sentido Silva & Fraxe (2013, p.1) dizem que:

A comunidade de Bom Socorro vem passando por um processo de mudanças espaciais e socioculturais intensas, que requer ações e políticas públicas voltadas à sustentabilidade dos recursos naturais e o bem-estar da população que mora nesse lugar. São discutidos os principais conceitos que envolvem a governança ambiental, e sua importância na conjuntura atual, visto o projeto desenvolvimentista em voga na sociedade moderna, que muitas vezes vem rompendo com os processos e equilíbrio dos ecossistemas, imputando impactos socioambientais às comunidades e afetando diretamente populações inteiras e provocando injustiças ambientais em graus variáveis.

De acordo com o gráfico 02, os comunitários ao serem perguntados quais órgãos ambientais deveriam ser mais atuantes na comunidade 38% afirmaram que o IBAMA por se tratar de um órgão federal teria mais autonomia para inibir os impactos ambientais na região, 62% dos entrevistados disseram que o IPAAM e a SEMA seriam os órgãos indicados para amenizar a problemática ambiental na comunidade.

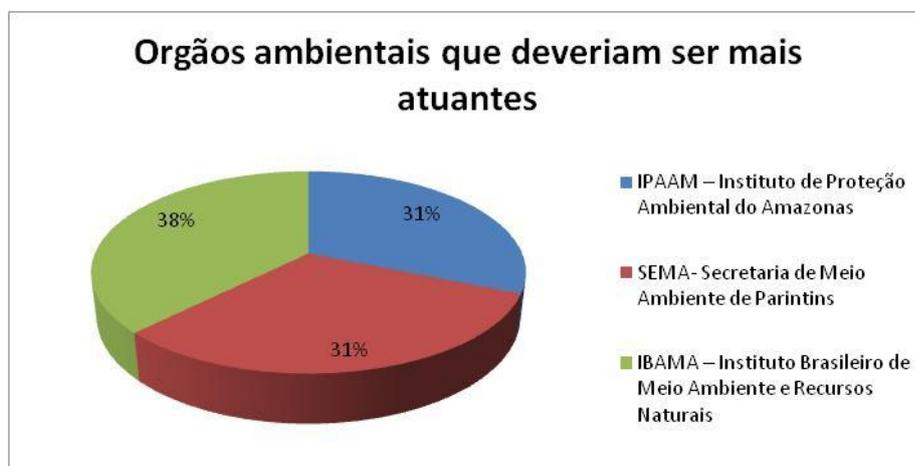


Gráfico 02: Órgãos ambientais que deveriam ser mais atuantes  
FONTE: Hapolo Hibson, 2014

Deste modo, pode-se ver a ineficiência destes órgãos em Parintins, os mesmos sofrem com problemas de logística, falta de equipamentos tecnológicos, equipes profissionalizadas etc. o IPAAM, por exemplo, não tem uma unidade instalada em Parintins, somente na capital do estado, dificultando ainda mais o processo de fiscalização.

A busca de soluções permanentes faz-se necessário na comunidade de Bom Socorro, pois ainda dá tempo para impedir ações degradantes ao meio ambiente, no que difere: o

desmatamento, extração de areia, destinação dos resíduos sólidos etc.. é preciso uma melhor sintonia entre as instancias políticas, ambientais e sociais

Segundo Ferreira (2013, p.35) é preciso que haja:

(,,,) uma fiscalização mais eficiente de órgãos ambientais sobre a atividade da pecuária e de extração de areia, um projeto na área de educação ambiental para amenizar o problema com os resíduos sólidos, e um programa voltado à valorização e apoio as atividades agrícolas e de geração de renda.

Nesse aspecto fez-se necessário saber o que poderia melhorar a qualidade ambiental na comunidade de Bom Socorro, segundo a opinião dos moradores. O gráfico abaixo demonstra que 40% dos entrevistados opinaram que cursos de capacitação e Palestras sobre questões ambientais aos moradores ajudaria bastantes os mesmos a terem uma percepção mais ampla em relação aos problemas da comunidade, enquanto isso 60% dos entrevistados afirmaram que é preciso que tenha fiscalização mais eficiente dos órgãos ambientais competentes, assim como projetos de educação ambiental, como demonstrado no gráfico abaixo.

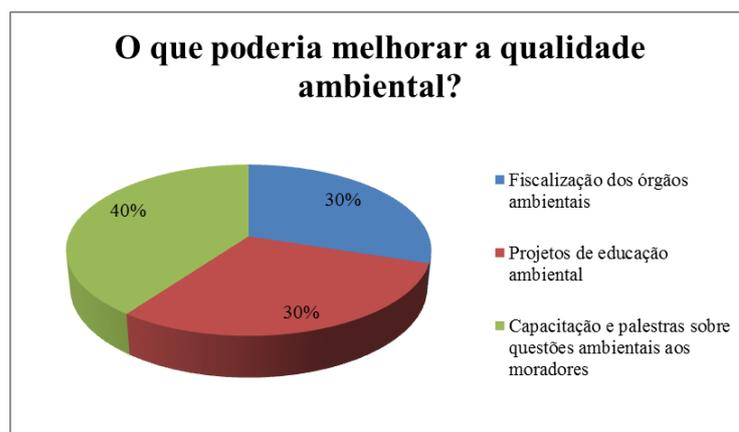


Gráfico 03: o que poderia melhorar a qualidade ambiental  
FONTE: Hapolo hibson, 2014

Assim sendo os moradores veem que a capacitação e palestras sobre questões ambientais seria a melhor alternativa para tentar se resolver os problemas ambientais da comunidade, pois segundo o relato de alguns moradores, é preciso que haja uma interrupção no modo de pensar das pessoas, pois o que falta é o real entendimento do que está acontecendo, seria como cortar o mal pela raiz.

O Gráfico 04 mostra que ao serem questionados quais investimentos por parte do poder público a comunidade necessita, 50% dos entrevistados afirmaram que precisa haver uma coleta de resíduos sólidos na localidade, assim como um local apropriado para o despejo do mesmo, 40% dos entrevistados asseguraram que o saneamento básico e a melhoria na

educação são dois fatores primordiais, e 10% opinaram como elementos que precisam ser investidos a agricultura e a pesca, pois para eles o setor primário está esquecido, não há incentivos fiscais que possam possibilitar o crescimento e avanço da economia através do setor primário.



Gráfico 04: Investimentos necessários na localidade  
FONTE: Hapolo Hibson, 2014

A partir destas análises pôde se obter dados importantes para que haja uma boa governança na comunidade, pois foi identificado em lócus cada problema apontado pelos comunitários a fim de dar alternativas que possam solucionar os problemas encontrados. Queremos aqui distinguir bem a diferença entre governo e governança, já que a última é um modelo alternativo e complementar de governo baseado na participação dos atores implicados, como forma de alcançar a mudança cultural e a cumplicidade da cidadania na tarefa de tornar a cidade sustentável.

Portanto, pode-se dizer que há, ainda, um longo caminho a ser percorrido para a compreensão da contribuição da natureza humana na complexidade das relações sociais, ambientais, culturais e políticas, em busca da contribuição para a governança ambiental na comunidade de Bom Socorro do Zé Açu, influenciando ao alcance do desenvolvimento sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou a compreender como o debate sobre governança ambiental pode auxiliar o processo de tomada de decisões e políticas públicas para a comunidade de Bom Socorro do Zé Açu, colocando em evidencia os principais impactos ambientais daquela

região, necessitando aí, de uma atenção do poder público municipal, pois os moradores encontram nesse órgão público uma das únicas alternativas de amenizar essa situação.

No município de Parintins, as questões ambientais também são tratadas com certa irresponsabilidade, posto que órgãos oficiais como IBAMA, SEMA e IPAAM, não tem dado conta de resolver certos problemas ambientais graves que ocorrem no município, principalmente a questão do desmatamento e retirada ilegal de areia, intenso principalmente na região do Uaicurapá e Zé Açú.

É importante destacar que a ordem econômica nesse caso é principal culpada pelos danos ambientais no meio ambiente, assim como incompetência da gestão dos órgãos oficiais. No caso, específico do lago do Zé Açú, os danos ambientais foram provocados principalmente a partir do desmatamento e da retirada ilegal de areia nas margens do lago, e esses danos tem afetado a vida dos ribeirinhos que moram nas margens desse lago, posto que o pescado na atualidade tornasse escasso e água imprópria para o consumo.

A extração de areia das margens do lago do Zé Açú, não é o único problema. Um problema bastante grave que foi apontado pelos moradores foi o assoreamento do lago em virtude do desmatamento das matas ciliares, no período da estiagem este sofre com dificuldade de acesso a cidade de Parintins, uma vez que os barcos de maiores portes não conseguem adentrar o lago, forçando os proprietários a contrataram motores rabetas para fazer a locomoção de cargas e passageiros da comunidade até as margens do Paraná do Ramos e vice-versa, onde os barcos ficam aportados.

Entretanto devido a atuação intensiva dos fazendeiros que ali se instalam, grande parte das matas ciliares que serviam como abrigo para a reprodução de peixes foram destruídas, ocasionando a carência de pescado naquele lago. Agora a mesma é abastecida por pescado oriundo de outras comunidades fora da região do Zé Açú ou até mesmo por vendedores que vem da cidade vender pescado, sendo que em alguns momentos o valor cobrado pelos pescadores e atravessadores que vendem seu peixe em Bom Socorro é bem elevado, não sendo possível para o comunitário adquirir o pescado. Observa-se aí que as mudanças nos padrões alimentares estão sendo ocasionado por um fator ambiental ligado diretamente a carência de peixe no lago do Zé Açú, que, segundo moradores antigos da comunidade, ele tinha bastante fartura em peixes de várias espécies, e agora, devido aos impactos oriundos de degradação de seu ecossistema, já não há mais peixes suficientes para manter a alimentação regular de todos seus moradores.

A partir dos dados obtidos, os moradores da comunidade ainda não se mostram totalmente preocupados com os problemas de âmbito ambientais que vêm ocorrendo na localidade, então a localidade precisa de apoio dos órgãos competentes, tal qual, a prefeitura. É necessário que haja um diálogo entre estes, na perspectiva de buscar soluções a esses problemas.

Portanto, é preciso que haja um diálogo entre as instancias institucionais públicas e sociedade civil, na discussão sobre a sustentabilidade para os territórios rurais, a fim de buscarem soluções que beneficiem não só a comunidade de Bom Socorro do Zé Açu, como muitas outras comunidades da Amazônia que vem passando por situação parecida.

Com este trabalho, procurou-se demonstrar a importância da governança ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável na comunidade pesquisada. Percebeu-se que a mesma tem vários problemas socioambientais, mas que podem ser resolvidos ou amenizados com políticas públicas voltadas para as questões ambientais em comunidades rurais, mas especificamente para a comunidade de Bom Socorro do Zé Açu, no município de Parintins. Dentre essas ações podemos citar, a fiscalização mais eficiente de órgãos ambientais sobre a atividade da pecuária e de extração de areia, um projeto na área de educação ambiental para amenizar o problema com os resíduos sólidos, e um programa voltado à valorização e apoio as atividades agrícolas e de geração de renda.

## **REFERENCIAS**

AGRAWAL, A; LEMOS, M.C.. Environmental Governance. In: Annual Review of Environmental Resources, 31: 297-325, 2006.

CÂMARA, João Batista D. **GOVERNANÇA AMBIENTAL NO BRASIL: ECOS DO PASSADO**. Revista de Sociologia e Política: V. 21, Nº 46: 125-146 JUN. 2013

CAVALCANTE, C. 2004. **Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, vol. 1, p. 1-10.

COSTA, L. F. B. **Transformações socioespaciais em comunidades rurais. Um estudo da comunidade de Bom Socorro do Zé Açu no município de Parintins, AM/Luís Fernando Belém da Costa – (Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC)**. Universidade do Estado do Amazonas, Parintins: UEA, 2012.

FERREIRA, H. H. S. **Ambiente e sustentabilidade em comunidades rurais de Parintins: Um estudos das dimensões ambientais na comunidade de Bom Socorro do Zé Açu /Hapolo Hibson de Souza Ferreira – (Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC)**. Universidade do Estado do Amazonas, Parintins: UEA, 2013.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALES, David & Robert Prescott-Allen (2005) “**Vôo cego: avaliação do progresso rumo à sustentabilidade**”, in: Daniel C. Esty & Maria H. Ivanova (orgs.) *Governança Ambiental Global – Opções e Oportunidades*, pp. 39-62, S.Paulo: Ed. Senac, 2005.

JORDAN, A; WURZEL, R. K. W. & ZITO, A. R. 2003. “*New*” *Instruments of Environmental Governance? National Experiences and Prospects*. London: Frank Cass & Co. Ltd.

MAPPA, S. 2004. *Les métamorphoses du politique au Nord et au Sud*. Paris: Karthala.

NEDER, R. T. 2002. *Crise socioambiental: Estado & sociedade civil no Brasil (1982-1998)*. São Paulo: Anna Blume: Fapesp.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. FASCÍCULO 16 – **Ribeirinhos da região do Zé Açú em defesa de sua história e da natureza**. Manaus, junho 2007. 37

SILVA, Charlene; FRAXE, Terezinha. **GOVERNANÇA AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE RURAL DE BOM SOCORRO, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM**. VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária; VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 1ª jornada de geografia das águas: SET. 2013

SIMAS, J. L. **1º história do Zé Açú**. Gráfica Parintins, 2000.

## **OBRAS CONSULTADAS**

ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: contexto 2011

ACSELRAD, Henri (org.).”Sentidos da sustentabilidade urbana”. A duração das cidades: sustentabilidade e visão na políticas urbanas. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRUNDTLAND, Harlen G. **Our Common Future (The Brundtland Report)**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

BRUM, I.A.S.; Oliveira Júnior, J.B. e Santos, M.C. **Análise do plano de recuperação de áreas degradadas pela mineração areia Otomar Mineração**. In: VI Southern Hemisphere Meeting on Mineral Technology e XVIII Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa, volume 3, p. 340-344, Rio de Janeiro, maio 2001.

BROWN, L. R. **Éco-économie, une autre Croissance est Possible**, Écologique et Durable. Trad. Denis Trierweiler. Paris: Seuil, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis (orgs). **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife, 1994.

CMMAD –Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1998), **Nosso futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

GUIMARÃES, R. P. **The ecopolitics of development in the third world: politics and environment in Brazil**. Boulder, Lynne Rienner Publisher 1991.

KITEMURA, Paulo Choji. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL: Uma Abordagem para as Questões Ambientais da Amazônia**. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas 1994.

LIMA, G. F. C. **O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE INSUSTENTÁVEL**, 1997.

PENNA, Nelba Azevedo. **URBANIZAÇÃO, CIDADE E MEIO AMBIENTE**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, pp. XX, 2002.

MORIN, E. **Vers l'abîme**. Paris: L'Herme, 2007.

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estud. av. vol.26 no.74. São Paulo 2012.

SACHS, Ignacy **The strategies of ecodevelopment**. *Ceres. FAO Review of Agric. Develop.* 1984. 17, pp. 17-21.

\_\_\_\_\_. **Rumo à socioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

STAHEL, Andri Werner (2003). **“Capitalismo e Entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis”**. In CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo/Recife: Cortez/ Fundação Joaquim Nabuco.